

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COTIDIANO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS VERDES COMO ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM

[Autor 1º] Karla Francisca de Souza

UFCAT- Curso de Educação do Campo

franciscadezouzakarla@gmail.com

[Co-Autor 2º] Yêda Danniely Quintiliano Almeida

UFCAT- Curso de Educação do Campo

yeda13@hotmail.com

[Co-Autor 3º] Alexa Flores Peixoto de Lima

UFCAT- Curso de Educação do Campo

alexaflores2009@outlook.com

GT 6 – Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da Educação Ambiental no contexto de uma escola pública localizada em Caldas Novas (GO), com foco nas áreas verdes e em sua utilização pedagógica. O objetivo foi identificar como a Educação Ambiental crítica se manifesta nas propostas e documentos institucionais da escola, tomando como base os referenciais de Layrargues e Lima (2014). A metodologia envolveu análise documental — do Projeto Político-Pedagógico (PPP), planos de ensino e projetos escolares —, bem como observações sistemáticas ao longo de três meses. Os resultados evidenciaram um potencial educativo das áreas verdes ainda pouco explorado de forma crítica. Embora existam ações pontuais, a abordagem predominante está em transição, com indícios de uma perspectiva crítica emergente.

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A análise indica que o fortalecimento da Educação Ambiental crítica exige articulação entre currículo, gestão escolar e território. Conclui-se que as áreas verdes podem ser compreendidas não apenas como espaços físicos, mas como territórios pedagógicos potentes para a formação cidadã e ecológica, desde que integrados a uma proposta educativa transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Áreas verdes. Crítica social. Educação do Campo. Sustentabilidade.

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



INTRODUÇÃO

A escola em análise localiza-se no município de Caldas Novas, no estado de Goiás, e atende estudantes do Ensino Fundamental II. Sua implantação ocorre em um bairro periférico que se encontra em franco processo de adensamento urbano, marcado por uma dinâmica de ocupação territorial que alia crescimento populacional, expansão imobiliária e transformações ambientais intensas. Nesse espaço, ainda é possível identificar remanescentes de vegetação nativa, embora estes se apresentem cada vez mais fragmentados e pressionados pela urbanização acelerada. O avanço de loteamentos, a supressão de áreas verdes e o desmatamento progressivo geram impactos diretos na qualidade ambiental, como a compactação do solo, a perda da biodiversidade local e a descaracterização paisagística. Assim, o entorno da escola se configura como um território em disputa, onde interesses econômicos, sociais e ambientais coexistem em tensão permanente.

Nesse cenário, a escolha dessa unidade de ensino como objeto de investigação justifica-se por múltiplos fatores. Em primeiro lugar, destaca-se a existência de áreas verdes tanto no interior quanto no entorno da instituição, espaços que, apesar de seu potencial pedagógico, encontram-se subutilizados e pouco valorizados nas práticas educativas cotidianas. Em segundo lugar, há um histórico documental que aponta para tentativas anteriores de inserção da temática ambiental na rotina escolar, seja por meio de projetos próprios, seja pela adesão a programas governamentais e institucionais, como o “Escola Sustentável”. Ainda que tais iniciativas apresentem limitações, elas sinalizam uma predisposição institucional em dialogar com as problemáticas socioambientais contemporâneas, o que abre espaço para uma análise crítica e propositiva acerca da Educação Ambiental desenvolvida no contexto escolar.

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Entretanto, compreender a Educação Ambiental apenas como campanhas pontuais de conscientização ou eventos comemorativos não é suficiente. Mais do que uma prática episódica, ela deve ser entendida como um processo contínuo, intencional e integrado, voltado à formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a transformação social e ambiental (DIAS, 2010). Trata-se de um campo pedagógico que ultrapassa a dimensão técnica e instrumental, assumindo-se como prática política, cultural e emancipatória. Nessa perspectiva, o presente estudo ancora-se na vertente crítica da Educação Ambiental, a qual problematiza as causas estruturais da crise ecológica, relacionando-as às desigualdades sociais, econômicas e territoriais (LOUREIRO, 2012).

Essa abordagem converge com os princípios da Educação do Campo, que, conforme defendem Molina e Jesus (2010), reconhece os sujeitos de territórios periféricos e rurais como protagonistas históricos e produtores legítimos de conhecimento. Ambas as perspectivas reivindicam uma escola que não apenas reproduza conteúdos, mas que se comprometa com os direitos territoriais, com a valorização dos saberes locais e com a construção coletiva de alternativas sustentáveis de vida. Nesse sentido, investigar as práticas ambientais em uma escola localizada em área de periferia urbana, atravessada por processos de exclusão ecológica e injustiça ambiental, significa também trazer à tona reflexões sobre democracia, cidadania e justiça socioambiental.

Dessa forma, a introdução deste estudo não se limita a descrever o contexto geográfico da instituição investigada, mas busca evidenciar como esse espaço escolar, situado em um território de tensões ambientais e sociais, pode constituir-se em campo fértil para a implementação de práticas pedagógicas críticas. Ao articular observações empíricas e análise documental, pretende-se compreender em que medida as áreas verdes da escola estão sendo incorporadas às práticas educativas e

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



como tais ações dialogam — ou não — com os pressupostos da Educação Ambiental crítica-transformadora.

DESENVOLVIMENTO

A análise detalhada do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola investigada revelou que a Educação Ambiental é mencionada em diferentes trechos, geralmente sob a forma de expressões como “ações sustentáveis”, “cuidado com o meio ambiente” e “responsabilidade socioambiental”. Embora essas inserções indiquem uma preocupação inicial com a temática, percebe-se que aparecem de forma genérica, sem explicitação conceitual, sem clareza metodológica e sem o devido aprofundamento que possibilite compreender como tais princípios podem se materializar em práticas concretas. Em outras palavras, nota-se que o documento adota um discurso declarativo e normativo, mas não traduz essa intenção em estratégias curriculares que de fato consolidem um compromisso com a vertente crítica-transformadora da Educação Ambiental. Configura-se, portanto, uma abordagem transversal ainda incipiente, marcada por certa superficialidade, que não chega a desafiar as estruturas sociais produtoras de desigualdades ambientais.

Esse cenário evidencia uma problemática recorrente no campo educacional: a transversalidade prevista em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), frequentemente é reduzida a um princípio abstrato e de difícil operacionalização. Segundo Reigota (1994), essa generalização pouco crítica constitui um dos principais obstáculos para a consolidação da Educação Ambiental como uma práxis transformadora. O autor adverte que “é comum se falar de Educação Ambiental sem se ter clareza do que ela significa em termos de projeto político e pedagógico” (REIGOTA, 1994, p. 25). Essa advertência se aplica diretamente ao PPP analisado, uma vez que a menção à temática ambiental se

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



restringe a palavras-chave, sem estrutura que a sustente como eixo integrador do processo formativo.

Nos planos de ensino das disciplinas, especialmente Ciências e Geografia, verificou-se maior incidência de conteúdos voltados para questões ambientais. Observou-se a presença de tópicos relacionados a recursos hídricos, poluição atmosférica e da água, vegetação nativa e impactos do desmatamento. Esses conteúdos, de fato, dialogam com os temas contemporâneos transversais indicados pela BNCC. Contudo, a forma como são trabalhados ainda reproduz um viés essencialmente conteudista, com predomínio de transmissões expositivas e atividades descontextualizadas da realidade vivida pelos estudantes. Como adverte Tristão (2002), esse tipo de ensino resulta em uma Educação Ambiental que se restringe a diagnósticos técnicos e informações naturalizadas, sem abrir espaço para a problematização das contradições socioambientais ou para a análise crítica das relações de poder que sustentam práticas predatórias de uso e exploração dos recursos naturais. A ausência de debates sobre justiça ambiental, políticas públicas, conflitos territoriais ou desigualdade ecológica escancara uma lacuna crítica relevante, que precisa ser urgentemente enfrentada.

Projetos escolares desenvolvidos em anos anteriores, como a implantação de hortas comunitárias, a realização de mutirões de limpeza e a promoção de campanhas de reciclagem, revelam um esforço institucional para sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância do meio ambiente. No entanto, essas iniciativas, apesar de meritórias, configuram-se como ações pontuais e muitas vezes desconectadas de um planejamento pedagógico mais amplo e sistematizado. Falta-lhes articulação com o currículo formal, com os objetivos formativos de longo prazo e com a intencionalidade crítica da Educação Ambiental. Quando tais práticas não são acompanhadas por processos de reflexão coletiva, correm o risco de reforçar uma lógica adaptativa, conciliatória e até mesmo tecnicista, em vez de fomentar uma postura emancipatória.

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Loureiro (2004) é categórico ao afirmar que “a Educação Ambiental deve ir além da sensibilização ou da prática isolada; ela deve ser compreendida como um processo de disputa de sentidos e valores” (LOUREIRO, 2004, p. 62). Isso significa que hortas, mutirões e campanhas só cumprem um papel transformador se estiverem inseridos em um projeto político-pedagógico que questione os fundamentos da crise socioambiental e proponha alternativas contra-hegemônicas.

No decorrer das observações sistemáticas realizadas ao longo da pesquisa, verificou-se que as áreas verdes existentes na escola, apesar de representarem um potencial pedagógico imenso, ainda não são incorporadas como dispositivos centrais de ensino-aprendizagem. Sua utilização aparece restrita a atividades extracurriculares, aulas esporádicas ao ar livre ou eventos comemorativos, como datas ambientais. Isso reduz o espaço a um cenário acessório, e não a um verdadeiro campo de práticas educativas. Perde-se, assim, a oportunidade de transformar essas áreas em “territórios educativos”, conceito formulado por Gadotti (2000), que sustenta a ecopedagogia como paradigma capaz de integrar a dimensão ambiental à vida escolar de forma cotidiana, sistêmica e crítica. Para o autor, “a escola precisa dialogar com o seu entorno, compreender o ambiente como um campo de relações sociais e ecológicas em permanente transformação” (GADOTTI, 2000, p. 4). Essa perspectiva reforça que a vegetação remanescente do entorno poderia se tornar um espaço de diálogo interdisciplinar, de produção de conhecimento e de engajamento comunitário, se devidamente incorporada às práticas pedagógicas.

Apesar das limitações identificadas, registros em atas de reuniões pedagógicas apontam que alguns professores vêm demonstrando interesse em explorar de maneira mais sistemática as áreas verdes, propondo iniciativas como a criação de trilhas ecológicas, o reaproveitamento de resíduos orgânicos para compostagem e a ressignificação dos espaços externos como ambientes de aprendizagem. Ainda que incipientes, essas propostas revelam uma disposição de ruptura com a abordagem

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



pragmática e apontam para a possibilidade de construção de uma Educação Ambiental contextualizada, crítica e emancipadora. Sato e Santos (2001) reforçam que a Educação Ambiental deve ser compreendida como “um ato político e esperançoso”, no sentido de abrir horizontes de compreensão e enfrentamento dos problemas socioambientais em sua complexidade (SATO; SANTOS, 2001, p. 13).

Nesse contexto, retoma-se a argumentação de Layrargues e Lima (2014), segundo os quais a vertente crítica da Educação Ambiental demanda da escola muito mais do que ações simbólicas, estéticas ou tecnicistas. Requer que a instituição se configure como um espaço de leitura crítica do mundo, em que as desigualdades ecológicas sejam denunciadas e combatidas. Lima (2002) propõe que esse processo se organize a partir de uma “pedagogia da denúncia e do anúncio”: denúncia das práticas que geram exclusão socioambiental e degradação do planeta, e anúncio de alternativas de convivência justa, solidária e sustentável com o meio. Essa pedagogia só pode se consolidar quando currículo, gestão escolar, território e comunidade se articulam em torno de um mesmo horizonte transformador.

Por fim, cabe destacar que a ausência de integração entre currículo, gestão escolar e território, verificada na escola analisada, evidencia uma concepção limitada da dimensão ambiental. Carvalho (2003) ressalta que superar essa limitação requer a adoção de uma pedagogia da complexidade, que não reduza o “ambiental” ao natural ou ao ecológico, mas que promova a articulação entre ciência, cultura, ética e política. Para a autora, “a Educação Ambiental deve ser compreendida como uma hermenêutica do mundo da vida, que ultrapassa os dualismos natureza/sociedade, sujeito/objeto” (CARVALHO, 2003, p. 41). Em consonância com esse pensamento, para que a Educação Ambiental assuma um papel verdadeiramente transformador na escola investigada, é necessário que as áreas verdes deixem de ocupar uma função meramente decorativa ou comemorativa. Elas precisam se constituir como espaços vivos de problematização, resistência e diálogo, capazes de conectar os conteúdos

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



escolares com as experiências cotidianas da comunidade e com os desafios socioambientais globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu realizar uma análise crítica e aprofundada acerca da forma como a Educação Ambiental se manifesta tanto na prática escolar quanto nos documentos institucionais de uma escola pública situada no município de Caldas Novas (GO). A investigação evidenciou que, embora haja a presença de áreas verdes no espaço escolar e registros de projetos ambientais desenvolvidos ao longo do tempo, ainda persiste um descompasso significativo entre o potencial pedagógico desses espaços e sua efetiva integração às práticas educativas do cotidiano. Essa lacuna revela não apenas fragilidades estruturais e curriculares, mas também limitações conceituais na compreensão do papel transformador da Educação Ambiental no âmbito escolar.

Os documentos analisados — em especial o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os planos de ensino das disciplinas — apontam para a incorporação de termos como sustentabilidade, preservação e responsabilidade socioambiental. Contudo, tais menções se mostram insuficientes por carecerem de densidade conceitual, de problematização crítica e de articulação com uma proposta formativa emancipadora, conforme defendem Loureiro (2012) e Lima (2002). O discurso ambiental, ao permanecer no plano da superficialidade, revela-se mais próximo de uma prática retórica e conservacionista do que de um movimento pedagógico voltado à transformação das condições sociais e ecológicas que estruturam a realidade local e global.

As observações realizadas ao longo de três meses reforçaram esse diagnóstico. Ainda que existam iniciativas como campanhas de plantio, hortas escolares, projetos

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



de reaproveitamento de resíduos e mutirões de limpeza, todas essas ações se caracterizam por seu caráter pontual, episódico e descontínuo. Falta-lhes a organicidade necessária para que se convertam em práticas pedagógicas permanentes e estruturadas. Nesse sentido, perde-se a oportunidade de transformar as áreas verdes da escola em espaços vivos de aprendizagem, nos quais a ecopedagogia, nos termos de Gadotti (2000), poderia promover um diálogo permanente entre escola, comunidade e território. Em vez de práticas isoladas, seria necessário instituir um projeto educativo capaz de construir relações sistêmicas entre os sujeitos escolares e o ambiente, de modo a fortalecer uma leitura crítica da realidade socioambiental.

Entre os principais desafios evidenciados pela pesquisa, destacam-se três pontos fundamentais: (1) a fragilidade da formação docente voltada especificamente à Educação Ambiental crítica, o que compromete a elaboração de práticas transformadoras; (2) a ausência de uma cultura institucional que compreenda a sustentabilidade não apenas como preservação natural, mas como um projeto ético-político de justiça social e ecológica; e (3) o risco constante de naturalização de práticas ambientalista superficiais, centradas em campanhas episódicas que pouco contribuem para a emancipação dos sujeitos. Como ressalta Carvalho (2003), enfrentar a crise ambiental requer uma pedagogia da complexidade, capaz de articular ciência, política, cultura e ética em um mesmo horizonte educativo.

Diante desse cenário, este estudo aponta para alguns encaminhamentos prioritários. O primeiro deles refere-se à necessidade de revisão participativa do Projeto Político-Pedagógico, de modo que toda a comunidade escolar — gestores, docentes, discentes e famílias — se envolva na construção de uma proposta que incorpore os princípios da Educação Ambiental crítica como eixo estruturante. O segundo encaminhamento consiste na reconfiguração curricular, com foco na

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



interdisciplinaridade e no diálogo entre áreas do conhecimento, rompendo com a lógica fragmentada que ainda domina o ensino e promovendo práticas investigativas articuladas às realidades socioambientais locais.

Outro aspecto de grande relevância é a valorização das áreas verdes como espaços permanentes de aprendizagem. Mais do que cenários de eventos comemorativos, esses espaços devem ser transformados em territórios educativos que inspirem projetos de longo prazo, tais como a implementação de trilhas ecológicas, hortas pedagógicas integradas ao currículo, atividades de cartografia social e processos de leitura crítica do território. Tais iniciativas, quando concebidas de maneira articulada e emancipatória, podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça socioambiental, além de fortalecer a identidade da escola como agente ativo de transformação do espaço em que está inserida.

Assumir a Educação Ambiental crítica, como propõe Freire (1996), significa compreender a educação como prática de liberdade, voltada não apenas para a leitura do mundo, mas também para a ação coletiva transformadora. Isso implica romper com a concepção de escola neutra e adaptativa e assumir sua dimensão política, em que o conhecimento se coloca a serviço da emancipação humana e da defesa da vida em todas as suas formas. Assim, a Educação Ambiental não deve ser entendida como adereço decorativo ou prática episódica, mas como uma perspectiva transversal, permanente e radicalmente comprometida com a formação cidadã.

Quanto às possibilidades de aprofundamento investigativo, este estudo reconhece alguns limites, especialmente em função do recorte temporal restrito e da natureza qualitativa da análise. Futuras pesquisas poderão contribuir significativamente ao ampliar a abordagem para estudos comparativos entre diferentes realidades escolares — urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas —, bem como para investigações de caráter longitudinal que permitam acompanhar o impacto das práticas ambientais

Realização:



Apoio:



A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



ao longo do tempo. Além disso, a formação docente em Educação Ambiental crítica constitui um campo fértil de investigação, visto que o despreparo teórico-metodológico dos professores é reiteradamente apontado como um dos entraves centrais à consolidação dessa vertente (TRISTÃO, 2002; SORRENTINO, 1998).

Outro campo igualmente relevante refere-se à relação entre Educação Ambiental e políticas públicas educacionais. Pesquisar em que medida a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), as Diretrizes Curriculares Nacionais e outros marcos legais têm sido incorporados (ou não) às práticas escolares pode subsidiar o planejamento de políticas e projetos pedagógicos mais consistentes e coerentes com os desafios socioambientais do século XXI.

Finalmente, cabe destacar a importância de estudos que articulem Educação Ambiental crítica e saberes territoriais produzidos por povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e ciganas. Esses sujeitos mantêm uma relação simbólica, espiritual e política com o meio ambiente que difere profundamente da visão utilitarista predominante. Incorporar tais saberes e práticas no currículo escolar representa não apenas um gesto de valorização cultural, mas também uma estratégia de descolonização do conhecimento, condição indispensável para construir uma educação comprometida com a justiça ambiental, social e epistemológica.

Em síntese, a escola analisada encontra-se diante de um grande desafio e, ao mesmo tempo, de uma potente oportunidade: transformar suas áreas verdes e suas práticas pedagógicas em espaços de resistência, diálogo e construção coletiva de alternativas sustentáveis. Para tanto, é necessário fortalecer a formação docente, reconfigurar o currículo e consolidar uma cultura institucional verdadeiramente crítica, capaz de educar sujeitos para intervir no mundo e não apenas para se adaptar a ele.

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Os sentidos do ‘ambiental’: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique (org.). A complexidade ambiental. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31–54.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 12. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade. [S. l.]: Instituto Paulo Freire, 2000. Disponível em: http://www.biologia.ufrj.br/ereb-se/artigos/ecopedagogia_e_educacao.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, jul. 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira Carvalho. As diferentes abordagens da Educação Ambiental no Brasil: um breve panorama. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 219–239.

LIMA, Gustavo Ferreira Carvalho. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 27–47.

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e sustentabilidade: elementos para um debate crítico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de. Educação do campo: história, práticas e desafios. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2010.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SATO, Michèle; SANTOS, Joaquim E. A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora. São Carlos: Rima, 2001.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Tessaloniki: a Educação Ambiental no Brasil. In: JACOBI, Pedro Roberto (org.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. p. 15–26.

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 89–104.

Realização:



Apoio:

